



157  
e

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0186825-7**

**APELANTE: Maria Nair Alves da Silva**

**APELADO: Município de Caruaru**

**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. COBRANÇA DE DIFERENÇA DE REMUNERAÇÃO. **1.** O pleito da apelante consiste na majoração dos vencimentos do cargo de Secretário Administrativo da Câmara Municipal, ao argumento de ser este cargo legalmente equiparado ao de Secretário Municipal, vinculado ao Poder Executivo. **2.** A apelante não logrou demonstrar que as atribuições exercidas durante os 10 dias em que ocupou o cargo de Secretária de Administração da Câmara Municipal de Caruaru fossem equivalentes ou semelhantes às atribuições desempenhadas pelos Secretários Municipais. **3.** Apelo improvido.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do processo nº 0186825-7, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento à apelação cível, nos termos do voto relator, que integra o acórdão.

Recife, 29 de maio de 2014 (data do julgamento)

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0186825-7  
APELANTE: Maria Nair Alves da Silva  
APELADO: Município de Caruaru  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** em face de sentença prolatada pelo Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Caruaru nos autos da **ação de cobrança de diferença salarial** nº 0008066-92.2007.8.17.0480, que julgou improcedente o pedido autoral, ao entendimento de inexistência de ofensa ao princípio da isonomia, de vez que o cargo público exercido pela autora/apelante e o paradigma indicado possuem atribuições e natureza diversas (fls. 108/111).

A apelada formulou as seguintes **razões** de apelo (fls. 124/127): (i) a Lei Orgânica do Município de Caruaru estabelece identidade de remuneração entre o cargo de Secretário Administrativo da Câmara Municipal e o cargo de Secretário Municipal; (ii) nesse contexto, a Lei Municipal nº 4.384/2004 fixou o valor dos subsídios dos Secretários Municipais para a legislatura 2005/2008 e, de igual modo, dos Secretários do Poder Legislativo, pelo que faz jus à diferença pleiteada.

O Município formulou as **contra-razões** de apelo de fls. 133/139 pugnando pela manutenção da sentença, ao argumento de que os Secretários Municipais são agentes políticos, ao passo que os secretários do Poder Legislativo exercem atribuições administrativas, inexistindo ofensa ao princípio da isonomia.

A douta Procuradoria de Justiça pugnou pelo retorno dos autos ao primeiro grau, com o fito de intimação do *Parquet* com exercício naquela instância acerca da sentença. (fls. 149/150).

É o que de relevante há a relatar.

Inclua-se em pauta para julgamento oportuno.

Recife, 19 de maio de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

158  
e

**APELAÇÃO CÍVEL Nº: 0186825-7**  
**APELANTE: Maria Nair Alves da Silva**  
**APELADO: Município de Caruaru**  
**RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello**

**VOTO**

Observo, de início, ser assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que (...) *a intervenção do Ministério Público em segundo grau de jurisdição, sem alegar nulidade nem prejuízo, supre a falta de manifestação do órgão ministerial de primeira instância, não sendo causa de nulidade do processo.* (RESP 199900161211).

Rejeito, pois, o pleito de retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição.

Passando à análise de mérito, observo que o pleito da apelante consiste no recebimento do valor histórico de R\$ 518, 86, o qual, segundo sustenta, corresponde à diferença de remuneração recebida a menor no mês de dezembro/2006.

Da análise dos autos, é possível inferir que a apelante, que não possuía vínculo funcional anterior com a administração pública, foi nomeada pela Resolução Normativa nº 31/2006 da Câmara Municipal de Caruaru para exercer o cargo em comissão de Secretária Administrativa CMSA, com efeitos financeiros a partir de **21/12/2006** (fls. 15).

Na seqüência, em **29/12/2006**, foi exonerada do citado cargo por meio da Resolução Normativa nº 98-B/2006 (fls. 16).

Nesse contexto, recebeu o valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), correspondentes a 10 (dez dias) de vencimentos do cargo em comissão de Secretário Administrativo – CMSA. (fls. 23)

A controvérsia ora posta gira em torno do valor dos vencimentos do cargo em comissão em apreço, que foram fixados pela Câmara Municipal de Caruaru no valor de R\$ 4.500,00 (fls. 28), ao passo que os Secretários de Governo, titulares das Secretarias Municipais, tiveram seus subsídios fixados em R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para o mesmo período.

Contextualizada a lide nesses termos, tem-se que o pleito da apelante consiste na majoração dos vencimentos do cargo de Secretário Administrativo da Câmara Municipal, ao argumento de ser este cargo legalmente equiparado ao de Secretário Municipal, vinculado ao Poder Executivo.

Analisando a documentação carreada aos autos, tenho que a apelante não logrou demonstrar que as atribuições exercidas durante os 10 dias em que ocupou o cargo de Secretária de Administração da Câmara Municipal são equivalentes ou semelhantes às atribuições desempenhadas pelos Secretários Municipais.

A situação ora posta foi devidamente analisada pela sentença recorrida, conforme consignado às fls. 110 dos autos:





159

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

No caso concreto dos autos, inobstante tenha restado comprovado que a promovente efetivamente exerceu o cargo de Secretário Administrativo da Câmara Municipal, não vislumbro como existente a prova de que tal cargo teria alguma semelhança funcional com o de Secretário Municipal do Poder Executivo de Caruaru.

A demandante, na peça inaugural sequer se dá ao esforço de demonstrar a identidade de atribuições e condições de trabalho existente entre o cargo que exercia (Secretário Administrativo da Câmara Municipal) e o paradigma utilizado (Secretário Municipal), que são completamente distintos pela própria estrutura do Poder onde cada qual se encontra lotado.

No mesmo sentido deliberou a então 7ª Câmara Cível deste Tribunal em caso **idêntico** ao presente:

**EMENTA: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. EQUIPARAÇÃO SALARIAL. CARGO DE SECRETÁRIO JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL COM SECRETÁRIO MUNICIPAL DO PODER EXECUTIVO. NÃO CABIMENTO. DECISÃO A QUO MANTIDA EM TODOS OS SEUS TERMOS. À UNANIMIDADE 1.** A CF de 88 traz em seu art. 39, §1º, os padrões para a fixação dos vencimentos e dos demais componentes do sistema remuneratório. **Compulsando os autos, verifica-se, de forma cristalina, que não há como se admitir que os cargos, ora aqui tratados, tenham remuneração equivalente. Não há como se negar a diferença entre atribuições e responsabilidades existentes entre os cargos em tela. O cargo de Secretário Jurídico da Câmara Municipal desempenha função meramente administrativa, no restrito âmbito da câmara municipal, sendo ocupado por agente público; enquanto que os secretários Municipais têm abrangência sobre todo o município, o que denota, claramente, a maior amplitude deste cargo em relação àquele, além do mais seus ocupantes são denominados de agentes políticos, que são espécie do gênero agente público, que atuam com independência funcional no desempenho de suas atribuições constitucionais.** 2 - O que a Constituição Federal procura preservar é a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais, que são cargos assemelhados, sempre mantida a vedação legal da vinculação ou equiparação de vencimentos para os desiguais. Não cuidou o apelante demonstrar a identidade de atribuições entre o seu cargo e o cargo, cuja equiparação pleiteia. 3 - Ademais, a EC nº 19/98, introduziu a remuneração por subsídio (parcela única) a algumas categorias de servidores, entre estes a dos Secretários Municipais do Poder Executivo. Vê-se que o cargo ocupado pelo autor não foi albergado pela referida emenda, bastando singela observação dos contra-cheques acostados para verificar que nos mesmos constam vencimentos e não, subsídios; 4 - À míngua de lei autorizadora que equipare a remuneração dos cargos, a pretensão do apelante encontra óbice na súmula nº 339 do STF. 5 - Por unanimidade negou-se provimento à apelação, mantendo-se a sentença recorrida em todos os seus termos.(Ap 0188553-4).

Nesse contexto, em que a apelante não logrou demonstrar sequer minimamente as atribuições exercidas e sua identidade com as do cargo paradigma, **nego provimento** ao apelo, mantendo a sentença vergastada por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife 29 de Março de 2014.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**

Relator